

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stuckert/PR



Alcolumbre e Lula: Senado é a preocupação

Lula hoje ganharia. Mas conseguiria governar?

É bem paradoxal o comportamento do Congresso. A direita tem ampla maioria, e a todo momento faz questão de mostrar isso ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de esquerda. Mas, vez por outra, parece ter vergonha de si mesmo. Só isso explica a estratégia da Câmara de deixar para aprovar as novas regras de licenciamento ambiental no meio da madrugada, às

2h30 da manhã. Se tinha ampla maioria e se julga representar a vontade da maioria do eleitor brasileiro, por que não fez a votação à tarde, quando todos poderiam acompanhar? Se a ideia era num primeiro momento esconder, no Correio da Manhã não deu certo. O jornal foi o único a esperar e publicar a notícia em tempo ainda na primeira página das edições Nacional e DF.

Contradição

Ainda que a média do brasileiro seja conservadora, talvez o atual Congresso seja mais conservador que ela. O PT aposta na possibilidade de explorar essa contradição nas eleições de 2026. O risco de obter um Congresso ainda mais hostil que o atual é a maior preocupação.

Favorito

O cenário eleitoral da pesquisa Quaest, divulgado na quinta-feira (17), mostra o resultado político da recuperação que Lula teve na popularidade. Ele descolou-se dos adversários, e é o favorito para a reeleição contra qualquer adversário, mesmo contra Jair Bolsonaro, inelegível.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Humberto: alianças têm de ir até centro-direita

Humberto Costa: composições pragmáticas

Embora Edinho Silva já tenha sido eleito, na prática ele só deverá tomar posse mesmo da presidência do PT por setembro. Até lá, segue presidente o senador Humberto Costa (PE). Que presidiu também o Grupo de Trabalho das Eleições (GTE) do partido, hoje nas mãos do líder do governo na Câmara, José Guimarães (CE). Humber-

to tem vontade de retornar ao GTE. Para, no que vem defendendo, construir alianças “pragmáticas” em cada estado. Para evitar um cenário que pode ser muito complicado para Lula: reeleger-se com uma minoria no Congresso ainda maior. Se hoje já é para ele uma dificuldade governar, pode ficar mais complicado.

Mapa

Um mapa das situações eleitorais em cada estado vem sendo construído pelo PT. Mas esse trabalho está atrasado, e um pouco parado. Até pelas questões de saúde de José Guimarães, que irá se submeter a uma cirurgia cardíaca nos próximos dias em São Paulo.

DF

Algumas pesquisas vão refinando cenários em alguns lugares. O levantamento do Instituto Opinião divulgado na quarta (16) sobre o Distrito Federal mostra as chances da senadora Leila Barros (PSB) para a reeleição, em empate com o governador Ibaneis Rocha (MDB).

Centro-direita

Na avaliação de Humberto, o PT deve considerar alianças mesmo à centro-direita para o Senado. Até porque essa atração do centro é que planeja fazer o grupo bolsonarista, para tentar obter ali a maioria para aprovar processos de impeachment contra ministros do Supremo.

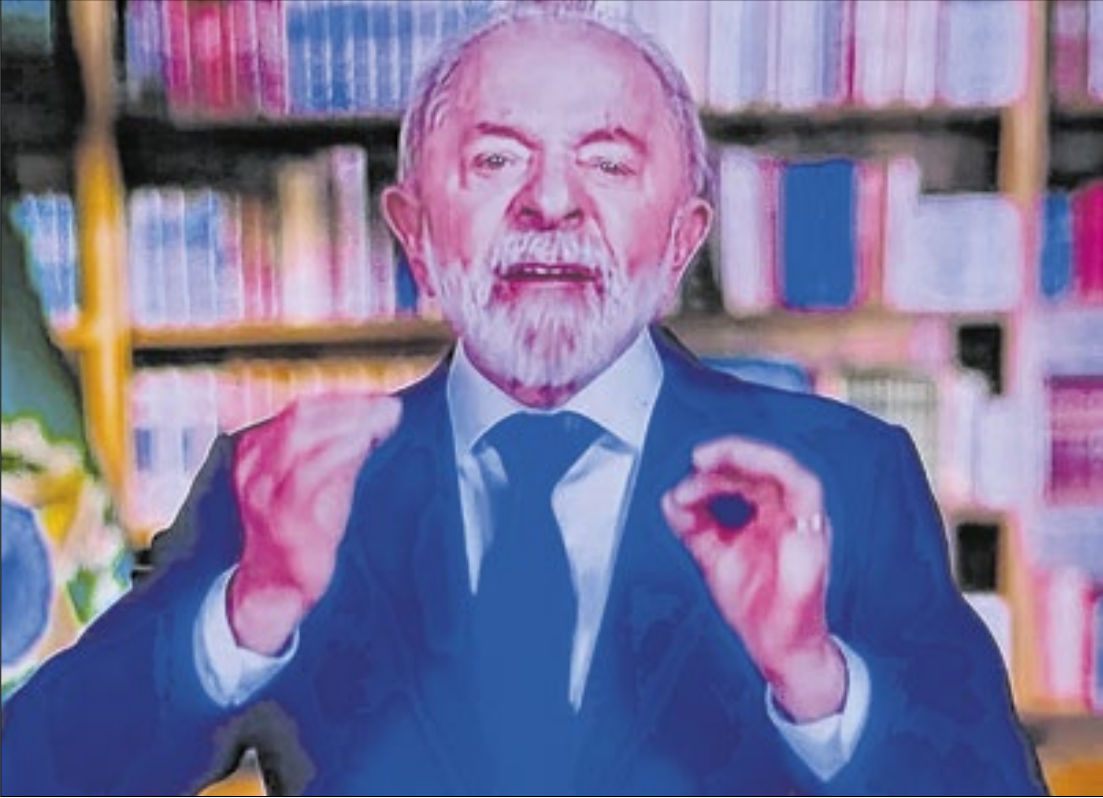
Alagoas

Outro caminho é a do-bradilha Renan Calheiros (MDB) e João Henrique Caldas (PL) em Alagoas. Essa costura envolveu a nomeação da tia de JHC, como é conhecido, para o Superior Tribunal de Justiça (STF). O problema aí é o deputado Arthur Lira (PP). Falaremos mais disso.

Em discurso, Lula reforça soberania brasileira

Presidente deu entrevista e falou em cadeia de rádio e TV

Lula Marques/Agência Brasil



Lula: Trump não foi eleito “imperador” do mundo

Por Gabriela Gallo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) classificou as tarifas de 50% anunciadas pelo presidente Donald Trump como uma “chantagem inaceitável” e reforçou que o Brasil é um país soberano. Em um pronunciamento realizado em rede nacional na noite desta quinta-feira (17), o presidente da República destacou que o Brasil “seguirá apostando em boas relações diplomáticas e comerciais, não apenas com os Estados Unidos, mas com todos os países do mundo”.

“Não há vencedores em guerras tarifárias. Somos um país de paz, acreditamos no multilateralismo e na cooperação entre as nações. Mas que ninguém se esqueça que o Brasil tem um único dono: o povo brasileiro”, enfatizou Lula.

Traidores da Pátria

Sem citar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e sua família, Lula criticou diretamente parlamentares que se manifestaram favoráveis às tarifas impostas por Trump, classificando-os como “traidores da Pátria”. Ele citou as reuniões entre governos e empresários, sindicatos e representantes da sociedade civil e enfatizou que o Brasil “está construindo parcerias comerciais com a União Europeia, a Ásia, a África, a América Latina e o Caribe”.

“A primeira vítima de um mundo sem regras é a verdade. São falsas as alegações sobre práticas comerciais desleais brasileiras. Os Estados Unidos acumulam a mais de 15 anos robusto

superávit comercial de US\$ 410 bilhões de dólares”, ele reiterou.

“Imperador”

Em uma entrevista concedida à CNN internacional também nesta quinta-feira (17), o presidente Lula disse como recebeu a carta do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), anunciando a tarifaço de 50%. Em conversa com a âncora norte-americana Christiane Amanpour, o brasileiro criticou as políticas tarifárias de Trump, alegando que ele não pode agir como o “imperador do mundo”.

“O que o Trump esquece é que ele foi eleito para ser o governante dos Estados Unidos, não o imperador do mundo”, criticou Lula.

Em resposta, a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt,

destacou que Donald Trump “não está tentando ser o imperador do mundo”, mas disse que governante estadunidense é “o presidente do mundo livre”.

“Reféns”

Ainda na entrevista à CNN, o presidente Lula ressaltou que o Brasil é um país que preza pela paz e pelo diálogo e que não pretende instalar uma guerra com os EUA. “Ninguém quer se separar dos Estados Unidos, ninguém quer ficar livre dos Estados Unidos. O que nós queremos é não ficarmos reféns dos Estados Unidos”, destacou Lula.

Negociação

Enquanto isso, seguem as negociações entre congressistas e demais autoridades de ambos os países.

Foram confirmados nesta quinta-feira os membros da comitiva externa de senadores que irão para o Capitólio negociar diretamente com congressistas dos EUA, e eventualmente com o próprio Trump, um recuo do tarifaço.

A comitiva será presidida pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que convocou a viagem.

O comitê temporário também será composto pelos senadores Tereza Cristina (PP-MS), Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), Jacques Wagner (PT-BA), Esperidião Amin (PP-SC), Rogério Carvalho (PT-SE), Fernando Farias (MDB-AL) e Carlos Viana (Podemos-MG).

Veto para aumento de deputados azeda relação

Por Gabriela Gallo

Após o que pareceu um clima de união entre o Executivo e Legislativo perante as tarifas de 50% para produtos brasileiros anunciadas pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump (Republicano), os poderes voltaram a apresentar atritos devidos a pautas que geram impactos econômicos. A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes em manter o decreto presidencial que aumenta a alíquota do Imposto de Operações Financeiras (IOF) somado ao veto presidencial, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nesta quinta-feira (17), que barra o projeto de lei que aumenta o número de deputados federais de 513 para 531 azeda a relação entre os governo e Congresso Nacional, que deve retaliar as decisões do governo.

A expectativa é que as principais retaliações realizadas pelo Congresso sejam aplicadas após o recesso parlamentar, a partir de 1º de agosto, especialmente no campo fiscal. Mas os congressistas já começaram uma retaliação ao aprovarem tanto o projeto que flexibiliza as regras de licenciamento ambiental quanto a “pauta bomba” que libera crédito extra de R\$ 30 bilhões para o agronegócio, na madrugada desta quinta-feira (17).

Nos bastidores, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), teve conhecimento do veto de Lula após a ministra de



Sessão da madrugada de quinta foi primeira retaliação

Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, ter comunicado que seria publicado no DOU, e que ela tentou convencer Lula a não se manifestar sobre o projeto.

Queda de braço

Ao Correio da Manhã, o Doutor em Direito Constitucional e professor de Graduação e pós-graduação da USP Rubens Beçak pontuou que, no caso do veto do presidente da República para aumentar a quantidade de deputados federais, o Congresso deve derrubar. “O Congresso não terá dificuldade em reunir a maioria dos parlamentares, e com isso vamos ter mais uma situação de queda de braço. O Congresso [deve] querer deixar claro que a competência para deliberar

sobre aumento [de deputados], ou não, é do Parlamento”, disse o advogado.

Por outro lado, o projeto que aumenta o número de deputados tem um alto índice de desaprovação da população. Isso porque o aumento das vagas poderia gerar um efeito cascata para demais poderes (como câmaras municipais e estaduais), resultando em um impacto orçamentário. De acordo com a Pesquisa Quaest, divulgada na quarta-feira (16), 85% dos brasileiros são contra a ampliação de 513 para 531 cadeiras na Câmara de Deputados. Diante disso, considerando as eleições de 2026, circula nos bastidores a expectativa de que a derrubada do veto não tenha tanta força para ser derrubada.

IOF

Para além do aumento de deputados, as alterações do IOF – que já estão valendo – também são outro problema na relação entre os poderes.

O governo publicou um decreto anunciando aumento da alíquota do imposto como uma medida para aumentar a arrecadação, após um anúncio de corte de gastos feito pela equipe econômica do governo.

Apesar do Ministério da Fazenda ter realizado mudanças amenizando o texto, a decisão de Moraes não foi bem aceita pelos Congressistas, que argumentam que o IOF se trata de um tributo regulatório, não arrecadatário.

O caso foi para a Suprema Corte que, após uma tentativa de reunir os três Poderes para chegar a um acordo – em uma tentativa falha –, decidiu que é Constitucional o governo alterar a alíquota do IOF, com exceção de uma regra que previa a incidência do imposto sobre operações de risco sacado.

Questionado pela reportagem sobre uma eventual resposta do Congresso à decisão de Moraes sobre o IOF, o constitucionalista Rubens Beçak comentou que o Parlamento “pode fazer um novo decreto legislativo”. Contudo, a questão provavelmente irá ser encaminhada novamente para o Supremo, que outra vez “vai entender que é inconstitucional com base na decisão já tomada”.